

## **A ESCOLA E O ENSINO DO POVO BALATIPONÉ-UMUTINA NO TERRITÓRIO INDÍGENA: a Educação Indígena e a Educação Escolar**

*Eliane Boroponepa Monzilar* 

Universidade de Brasília (UnB)

Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT)

Brasília, DF, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i13.40973>

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta o estudo relacionado aos processos históricos educativos tradicionais e não tradicionais do povo Balatiponé-Umutina, com ênfase nos impactos, avanços, desafios e ações que consolidaram para resistir e como organizaram para manter viva e reconstruir os saberes tradicionais. O objetivo é contribuir com a discussão referente à educação a partir das lentes dos indígenas Balatiponé-Umutina, do fortalecimento e valorização das práticas culturais. O referido estudo comportará narrativa do ancião, anciã, da juventude, professores da Escola de Educação Indígena Jula Pará, dados obtidos por observação participante, a maior fonte de dados utilizada nessa pesquisa, e fontes bibliográficas. Trata-se de um registro contado por uma indígena pesquisadora e vai proporcionar uma rede de diálogos, ressignificação e a divulgação dos saberes. No espaço da escola há roda de conversa que visa uma interação entre professores, estudantes, pais, liderança, anciãos e comunidade, agregando fazeres culturais, um lugar que conecta o fazer e o aprender. O conhecimento está interligado na preparação da festa tradicional que é realizada no mês de abril, bem como fomenta questões sobre a espiritualidade e a concepção dos jovens de hoje comparada com a geração passada. É imprescindível o conhecimento, o saber da ancestralidade, como foram mesclando o processo de aprendizagem e construindo a partir da visão indígena. **Palavras-chave:** Escola. Aprendizagem. Educação Indígena. Conhecimento.

### **SCHOOL AND TEACHING OF THE BALATIPONÉ-UMUTINA PEOPLE IN INDIGENOUS TERRITORY: Indigenous Education and School Education**

## **ABSTRACT**

This article presents the study related to the traditional and non-traditional educational historical processes of the Balatiponé-Umutina people, with emphasis on impacts, advances, challenges and actions that consolidated to resist and how they organized to keep alive and rebuild traditional knowledge. The objective is to contribute to the discussion regarding education from the lenses of the Balatiponé-Umutina indigenous, strengthening and valuing cultural practices. This study will contain the narrative of the elder, elder, youth, teachers of the Jula Pará indigenous school of education, data obtained by participant observation and bibliographic sources. It is a record counted by an indigenous researcher and will provide a network of dialogues and the dissemination of knowledge.

**Keywords:** School. Learning. Indigenous Education. Knowledge.

## **LA ESCUELA Y ENSEÑANZA DEL PUEBLO BALATIPONÉ- UMUTINA EN EL TERRITORIO INDÍGENA: la educación Indígena y la Educación Escolar**

## **RESUMEN**

Este artículo presenta el estudio que se relaciona con los procesos educativos históricos tradicionales y no tradicionales del pueblo Balatiponé-Umutina, con énfasis en los impactos, avances, desafíos y acciones que han consolidado para resistir, y cómo se han organizado, para mantener vivos los conocimientos tradicionales y reconstruirlos. El objetivo principal es contribuir a la discusión sobre la educación desde la óptica del pueblo indígena Balatiponé-Umutina, fortaleciendo y valorando las prácticas culturales. Este estudio incluye narrativas de los ancianos, de los jóvenes y de los maestros de la escuela de educación indígena Jula Pará, la mayoría fueron obtenidos por medio de la observación participante y por la consulta a fuentes bibliográficas. Este es un registro contado por una "indígena investigadora", y pretende proporcionar una red de diálogos, de resignificación y difusión del conocimiento. En el espacio escolar hay una rueda de conversación que tiene como objetivo una interacción entre profesores, estudiantes, padres, líderes, ancianos y la comunidad, añadiendo prácticas y saberes culturales, un lugar que conecta el hacer y el aprender. Esto ocurre, por ejemplo, en la preparación de la fiesta tradicional, que se celebra en el mes de abril, así como fomenta las preguntas sobre la espiritualidad y la concepción de los jóvenes de hoy en comparación con la generación pasada. Concluimos que es fundamental documentar el proceso de construcción y aprendizaje de conocimientos en el espacio escolar, desde una visión indígena.

**Palabras clave:** Escuela. Aprendizaje. Educación Indígena. Conocimiento

## **Introdução**

Os processos históricos da educação indígena e da educação escolar no Território Indígena Umutina, aldeia Umutina, perpassam por vários ciclos em diferentes épocas e contextos que estão interligados a acontecimentos de conflitos, lutas, conquistas, desafios, resistências e do bem viver.

Para princípio de abordagem é pertinente refletir e contextualizar as seguintes questões: por que, quando e como surgiu a escola do wase (na língua materna é como chamamos o não indígena) no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina?

A escola do baripo wace (homem branco) foi construída pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na aldeia Umutina, inaugurada em 26 de maio de 1943, e está até hoje registrada no azulejo da escola. A construção do prédio da escola foi com material de alvenaria fabricado na própria aldeia e construído com mão de obra indígena. Portanto, a escola está funcionando há 75 anos.

A escola surgiu da necessidade de comunicação entre os Umutina, os funcionários do SPI e a sociedade dos wase, para isso, tinham que aprender a ler e a escrever, além disso, serviu para evangelização dos indígenas.

Na época a política do governo era uma educação baseada em “integrar os índios” à comunhão nacional, a finalidade do processo escolar baseava-se em formar mão de obra para atuar nas frentes de trabalho para o referido órgão e no extermínio físico e cultural dos indígenas Umutina.

A política de educação ofertada na época visava adaptar à cultura dos wase e retirando aspectos milenares dos Umutina, reprimidos-os severamente ao falar a língua, ao praticar os rituais e os costumes, eram ensinados apenas conteúdo fora da realidade indígena.

A educação escolar foi conduzida pelos religiosos e funcionários do SPI. O primeiro professor foi o senhor Antônio de Nascimento e o Otaviano Calmon,

este era o chefe do Posto na época do SPI, por isso que a escola recebeu esse nome em homenagem a esse chefe que trabalhava na aldeia.

Tan Huare (2006) em sua pesquisa obteve o relato do senhor Adão Ribeiro Taxi, filho do funcionário que esteve à frente do SPI, o Epifânio Ribeiro Taxi. A primeira escola foi construída em 1943, e o primeiro professor foi Antônio de Nascimento que dava aula para os indígenas e não indígenas, filhos do chefe de posto.

Esse contexto contribuiu para que os saberes Umutina ficassem “adormecidos” por um determinado tempo. Havia fragilidade para mantê-los, além das doenças, vieram à repreensão por parte do chefe de Posto do SPI. Estes não permitiam falar a língua, praticar os rituais, introduziram as vestimentas e proibiram o modo tradicional de viver.

Nesse período a escola ofertava da primeira até a quarta série do ensino fundamental, o chamado “Primário”, em regime multiseriado. Antes era o professor não indígena que trabalhava, vinha da cidade para lecionar para os indígenas, ensinava a ler e escrever. O funcionamento era muito instável, devido aos professores não permanecerem e não se acostumarem ao ritmo da aldeia, as aulas duravam entre dois a três meses por ano, trazendo muita dificuldade aos estudantes Umutina, devido a esse motivo não terminavam a série iniciada.

Tan Huare (2006) em seu trabalho de conclusão de curso traz o depoimento do indígena Antônio Apodonepá:

Aquele professor era bom. Ele queria ensinar nós para aprender jogar bola, pediu para um carpinteiro fazer a bola. O chefe do posto, o Calmon, foi tão rígido dizendo para não fazer, que isso não vai trazer o que comer para a casa, e sim, primeiro ensinar a trabalhar com a foice e roçar. Todos trabalhavam, até as meninas carpavam. Foi assim, que todos nós aprendemos a trabalhar (APODONEPÁ<sup>1</sup> apud TAN HUARE, 2006).

---

<sup>1</sup> TAN HUARE, Clícia. **História da Educação Escolar do Povo Umutina**. Trabalho de Conclusão do Curso Licenciatura em Ciências Sociais. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2006.

O indígena Antônio Apodonepá é um ancião que contribuiu muito na ressignificação dos saberes tradicionais e hoje já não está entre o povo, veio a óbito há três anos, foi aluno da época e vivenciou esse processo escolar.

Na escola trabalharam vários professores não indígenas, ao conversar com algumas pessoas da comunidade recordam dos seguintes nomes: Abgail, Antônia, Olinda Borobó Taques, Violeta, Mirtes, Ivan Gadelha, Neuzinha, Lucy, Enedina, e posteriormente Benedito, Iraci, Marilsa e Fátima.

Tan Huare (2006) constata que não havia respeito à educação própria dos indígenas que ali viviam, foi a partir da escola que começa a repreensão. Otaviano Calmon era o chefe do posto conhecido como “encarregado”, a sua administração foi marcada por ser um homem severo e rígido, ele quem mandava na escola e nos professores. Proibiu os indígenas que ali conviviam -- os Paresi, Nambikwara e Umutina -- para não falarem a língua materna.

O chefe do posto Otaviano Calmon praticava a imposição com os indígenas que ali residiam, para que aprendessem a falar o português. Quando percebia os indígenas falando cada um em sua língua, eram punidos duramente. A punição era fazer os indígenas trabalharem o dobro, além, do que já havia cumprido e davam uma sova (surra).

As pessoas mais velhas da aldeia disseram que a educação que ensinava na escola era uma aprendizagem muito radical. O ensinamento era tanto para o menino e a menina num mesmo espaço, a cadeira e mesa eram feitas de madeira, onde sentavam duas ou três pessoas, tudo em fila, o professor era o detentor da verdade.

As minhas irmãs vivenciaram esse processo de ensino escolar, no qual havia punição. Os estudantes indígenas tinham que fazer e memorizar as atividades como as operações (conta), a tabuada ou responder determinadas questões, caso não soubessem responder havia o castigo da “palmatória” ou ficava de joelho na frente dos outros estudantes, com os joelhos na pedra ou milho.

A minha irmã Edna, a mais velha, contava que acordavam de madrugada para estudar, o meu pai ensinava as lições, a tabuada, além de estudar, ajudavam nos afazeres domésticos como fazer limpeza, cuidar e dar comida para as criações, socar arroz e depois ir para a aula. Nessa época o estudo era muito rígido, os indígenas estudantes aprendiam na opressão por medo, a escola era para ensinar somente a aprender a ler e escrever. Essa foi a escola imposta pela sociedade na aldeia e frequentada pelas minhas irmãs, os meus primos, os jovens dessa geração.

Na época da geração do meu pai já havia semelhança nos modos do ensino escolar, em uma roda de conversa fez o seguinte relato:

No período quando estudei, estudei até 4º série, que na época dizia ginásio, era um estudo bem rígido no qual aprendia bastante, fazia e aprendi diferente de hoje, fiz o primário aprendi muita coisa, mais forte que o ensino de hoje, que são ensinados na escola (Edson Monzilar, s/d, em roda de conversa).

A educação escolar introduzida e vivenciada pelos indígenas para aprender a leitura, a escrita e a viver como o não indígena foi radical, visava a aprendizagem através da opressão. Os homens e mulheres Umutina que passaram por esse processo de ensino, contam como foi essa repressão, caso não aprendessem havia a punição, a palmatória, foi um fato marcante para os estudantes.

Neste contexto constata-se que o relacionamento dos professores não indígenas e os estudantes indígenas estava baseado no autoritarismo, onde quem mandava na sala de aula era o professor, e este subordinado as regras do chefe de posto. Esse período marcado por tempestades, conflitos, não havia diálogo com relação às práticas dos saberes tradicionais, porém, havia uma grande sabedoria dos indígenas de onde emergiram a resistência e a luta. Os saberes tradicionais por um longo período estiveram “adormecidos”, mas expirados nunca.

O chefe do Posto e os funcionários do SPI comandavam tudo com “mão de ferro”, a ordem deveria ser mantida a qualquer preço, essa realidade foi mantida até por volta da década de 1980.

Com a extinção do SPI a escola da aldeia passou a ser mantida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passa a seguir o sistema das escolas urbanas e seguindo a política do referido órgão.

A escola sempre funcionou em regime multiseriado. A princípio, a escola Otaviano Calmon não era reconhecida. Conforme o Projeto Político Pedagógico do ano 2000 (PPP EMOC, 2000), na primeira versão destaca o seguinte:

Foi a partir de 1986, começaram os processos e as negociações para fazer o trâmite burocrático do reconhecimento da escola na aldeia Umutina. Esse fato ocorreu devido às necessidades encontradas com as documentações dos estudantes, principalmente, os que iriam estudar a 5º série na cidade. E no ano seguinte foi reconhecida em 1987 pelo município de Barra do Bugres, Mato Grosso, a Escola Municipal “Otaviano Calmon” (PPC EMOC<sup>2</sup>, 2000 apud PPP, 2012).

No PPP da EMOC (2002), constata-se que a referida escola Municipal Otaviano Calmon da aldeia Umutina foi criada e reconhecida pela Lei Municipal nº 651/83, da prefeitura do município de Barra do Bugres, do Estado do Mato Grosso em 20 de setembro de 1983.

Posteriormente houve a chegada da professora Iraci (não indígena), que começou o diálogo com o ancião Jula Paré para ensinar a dançar e a contar a história do povo Umutina.

De acordo com o que a minha irmã me relatou, antes da chegada da professora Iraci tinha um professor chamado Benedito (não indígena), com a sua saída, a professora Iraci chega à aldeia entre os anos de 1987 a 1990, no entanto, antes não tinha nada de festa cultural do povo Umutina. A professora começou a conversar e a trazer os anciões para a escola para ensinar a cultura.

---

<sup>2</sup> Projeto Pedagógico da Escola Municipal Otaviano Calmon, 2000. Como foi mudado o nome da escola, essa narrativa faz parte da história da instituição e por isso também presente no PPP da escola Jula Paré.

Dentre esses anciões foram a minha avó Kazacaru (anciã Umutina) e o senhor Jula Paré (ancião Umutina). Essa professora não indígena ficou um período na aldeia e depois foi embora. A partir desse momento começa a assumir o próprio indígena como professor. Filadelfo de Oliveira Neto foi o primeiro indígena, em 1988, a atuar e trabalhar na aldeia.

Com o aumento do número de estudantes, Maria Alice de Souza Cupudunepá, em 1989, começou a atuar como professora assumindo uma sala de aula na escola. Em 1992 aconteceu o 1º concurso público para professores do município de Barra do Bugres. Ambos fizeram o concurso de professores pelo município de Barra do Bugres na época, foram aprovados e em seguida foram efetivados.

Conforme o PPP da Escola Estadual de Educação Indígena Jula Paré (2012), diante desse contexto começa a suscitar mudanças com o ingresso desses dois professores Filadelfo de Oliveira Neto e Maria Alice de Souza Cupudunepá, moradores da aldeia. Nesse período a escola passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e as demandas de estudantes passaram a aumentar a cada ano (PPP EEIJP, 2012, p.9).

Saíram na década de 1980, os primeiros jovens indígenas da aldeia em busca de estudo de 5º a 8º série e 2º Grau, o ensino médio profissionalizante na época (magistério, contabilidade, propedêutico e administração) na cidade de Barra do Bugres e Cuiabá, porque havia na aldeia apenas as séries iniciais.

Com o passar dos anos a saída dos indígenas estudantes para a cidade foi aumentando e foram surgindo muitas preocupações dos pais, da comunidade, pois, os adolescentes poderiam seguir outros caminhos, desvalorizando os costumes e tradições que estavam sendo revitalizados.

Entre os anos 1996 a 1997, surge o Projeto Tucum, este era um curso para formação em nível de magistério, cuja proposta era a realização da formação de indígenas para atuarem como professores nas suas respectivas aldeias. Assim, alguns Umutina foram escolhidos pela comunidade para fazerem



o curso do Projeto Tucum, enquanto ajudavam como auxiliares e na falta dos professores davam aulas.

Nesta ocasião já haviam indígenas que tinham concluído os estudos e estavam habilitados para darem aulas, sendo a Edna Monzilar, Osvaldo Corezomaé Monzilar e a Eliane Boroponepa Monzilar que estudaram no ensino médio regular na escola pública da cidade, e fizeram a formação em nível de magistério e o Jairton Kupodonepá com formação de nível superior em matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e naquele momento estava atuando como professor em uma escola municipal, num pequeno povoado chamado Fernandópolis. Devido à falta de vagas na escola da aldeia Umutina esses professores, acima citados, ora substituíam os professores ou lecionavam na comunidade rural próxima ou distante da cidade.

A partir de 1990 a comunidade Umutina inicia o diálogo referente à cultura na escola e buscar pelos seus direitos, entretanto, enfrentaram conflitos internos sobre que cultura ensinar para as crianças. Os professores intermediaram a discussão fomentando e incentivando através de diálogos com os anciões, o cacique e a comunidade, e após várias reuniões em conjunto idealizaram e deram corpo a um pacto universal dentro do território indígena Umutina, com o objetivo de fortalecer a cultura dos Umutina e trazer de volta usos e costumes.

A partir daquele momento, os que morassem e nascessem ali, seriam considerados Umutina. Esse processo de pactuação quanto à autodenominação e afirmação cultural passou-se a chamar de Unificação dos Umutina. As lideranças tiveram um papel fundamental, sabendo conduzir com sabedoria esse processo de convivência.

Esse acontecimento foi um marco na história Umutina, momento importante para a autoafirmação da identidade dos Umutina enquanto povo, cuja cultura estava adormecida e, após acordo firmado, pode revitalizar processos culturais que estavam na memória dos anciões e que foram fundamentais para a sobrevivência cultural do povo.

A princípio os anciões não queriam contar, resistiram, eles lembravam de todo o processo que vivenciaram no passado assombroso. Apesar do temor deles, mas com a realização de várias rodas de conversa, começaram a interação entre professores, jovens e anciões, e a estreitarem esses laços de discussões, que foi imprescindível para todos. As práticas dos saberes começaram a fluir e serem ensinadas pelos anciões da época, que eram os detentores do conhecimento. Eles foram para a escola ensinar a língua materna, contar as histórias, os mitos, a confecção de artesanatos, a dança, entre outros.

Este processo foi fundamental para o povo se reorganizar e reafirmar a sua identidade étnica. Os saberes tradicionais passam a ter um foco importante na discussão dentro da comunidade, com as lideranças, o cacique, as pessoas mais velhas, passando a terem outra visão em relação à questão da educação do povo Balatiponé-Umutina.

O contexto contemporâneo é diferente. O ensino da escola é para que os discentes tenham o conhecimento universal, isso é diferente de ensinar a decorar, e sim preparar as crianças e os jovens para aprenderem e para acessarem o ingresso na universidade, como também o conhecimento tradicional dos Balatiponé-Umutina para prepará-los para viverem na aldeia, conhecendo a sua história, a cultura e terem uma sustentabilidade no seu território.

A educação da sociedade ocidental foi imposta aos indígenas de forma avassaladora, coibiu o uso da língua materna e a praticar os rituais. Hoje os Umutina não são fluentes em sua língua, não porque não querem falar, mas, por um processo histórico de opressão.

No entanto, a partir de novo discurso o povo Umutina consolida algo que traz uma visão indígena, dentro desse espaço da escola, juntos professores e comunidade utilizam como forma de renovação e reconstrução, se no passado remoto esse espaço foi de morte, hoje com os saberes da ancestralidade

podemos tornar uma nova vida e que a palavra de ordem é “revitalização ou (re) existência”.

A educação é um instrumento que nos faz pensar em dois universos, considera-se que é positivo, está sendo positivo, mas, por outro lado os indígenas são conscientes que de certa forma foi e é alienadora de saberes. Portanto, nesta conjuntura atual o olhar do povo Umutina visa à revitalização, valorização e fortalecimento das práticas de saberes tradicionais. Traz para a escola uma concepção indígena que fomenta o diálogo do fortalecimento das práticas culturais, contar a história, estar escrevendo, registrando sendo protagonista, transitando esses dois universos: o indígena e o não indígena.

Nesse sentido, é pertinente ponderar os acontecimentos para compreender os processos e os aspectos positivos e negativos referentes ao contexto educacional e escolar dos Umutina. Como essas narrativas foram se debruçando no decorrer dos anos e como os indígenas Umutina foram encarando e moldando no cotidiano e, principalmente, no processo de transmissão de saberes.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta o estudo que está relacionado aos processos históricos educativos tradicionais e não tradicionais do povo Balatiponé-Umutina, com ênfase nos impactos, avanços, desafios e ações que consolidaram para resistir e como organizaram para manter viva e reconstruir os saberes tradicionais. O objetivo é contribuir com a discussão referente à educação a partir das lentes dos indígenas Balatiponé-Umutina, do fortalecimento e valorização das práticas culturais. O referido estudo dialogou com narrativas de ancião, anciã, da juventude, professores da Escola de Educação Indígena Jula Pará (EEIJP), dados obtidos por observação participante, a maior fonte de dados utilizada nessa pesquisa, e fontes bibliográficas. Trata-se de um registro contado por uma indígena pesquisadora e vai proporcionar uma rede de diálogos, ressignificação e a divulgação dos saberes do nosso povo.

## 1. Os Balatiponé-Umutina

Os Balatiponé-Umutina são povo indígena do tronco linguístico Macro Jê da família Bororo, habitantes da região Centro Oeste de Mato Grosso, Brasil, vivem no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina, nas margens de um importante rio brasileiro, o Laripo (Paraguai), a pouco menos de 150 km da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá.

As primeiras informações relacionadas aos Balatiponé-Umutina são de Ricardo Franco de Almeida Serra, em “Extracto da descrição geografia da Província de Mato Grosso” produzido em 1797, segundo Schutz (1962). Têm-se dados da localização do povo, nas margens do rio dos Bugres, afluente do Alto Rio Paraguai.

Para uma compreensão apresento a narrativa de como surgiu à origem da vida para os Balatiponé-Umutina:

Antigamente, Haipuku (Deus) vivia sozinho no mundo e para sua companhia, foi fazer vários experimentos. Primeiro então, ele juntou bacava do campo, fruta macho e fruta fêmea, vai juntando, juntando e juntando e deixa ali. À noite Haipuku, fica assustado com conversas e, quando vai verificar, as frutas tinham virado gente. Haipuku fica muito alegre, satisfeito com os companheiros.

Haipuku foi experimentar fruta de figueira de folha larga, juntou, juntou até dar um comprimento, deixando ali de lado. À noite, ouviu conversa de gente e foi ver, a fruta de figueira da folha larga tinha virado gente. Então ele já tinha muita gente. Experimentou novamente juntar fruta da bacava do mato, juntou, juntou e saiu gente de cabelo comprido, dois homens e duas mulheres, dois casais. Para aumentar mais pessoas experimentou com mel de tatá. Saiu um casal com a cabeça pelada. Haipuku já tinha bastante povo, muito povo, criou barriga de perna por dois lados, ficou apavorado e procurou um pé de figueira, então racharam as pernas e nasceram quatro crianças, dois meninos e duas meninas. As crianças não quiseram ir com ele pra sua casa.

Haipuku mandou fazer um ametá para as meninas e um arco para os meninos, aos dois civilizados. A menina civilizada não ajeitou com o ametá e o menino civilizado não ajeitou com o arco. Eles não quiseram ir com ele acompanhar na sua casa. Então o menino e a menina indígena ajeitaram com o ametá e o arco. Haipuku falou para eles morarem com ele, em sua casa, mas eles não quiseram ir. Então, Haipuku disse: “Para onde vocês vão?”. Eles disseram: “os civilizados, para a direção do Rio Paraguai, para baixo e as crianças indígenas, em direção ao Rio Bugre para cima” (SCHULTZ, 1962, p. 227).

Assim surgiu a origem da vida do povo Umutina, Haipuku fez esses experimentos com frutas de bacava e a fruta da figueira, e criou companheiros para ele no mundo. Hoje essa narrativa é contada para as crianças e para os jovens, como originou a vida, ao contar o mesmo mito de origem, os filhos de casamentos interétnicos e dos não indígenas constroem um novo laço de identidade étnico, recriando uma origem comum com os sobreviventes Umutina. Esses laços concretizam também, a partir dos processos de territorialização, um espaço comum permitindo a reorganização da identidade desde o território.

Monzilar (2012) constata que a princípio o povo Umutina era conhecido pelos não indígenas como barbados, pelo fato de usarem longas barbas. As mulheres deixavam os cabelos crescerem para que os homens os cortassem. Com os cabelos das mulheres confeccionavam os colares para uso masculino. As mulheres e crianças andavam muito ornamentadas. Tanto as mulheres quanto as meninas tinham o corpo despido somente da cintura para cima, coberto por muitos colares de dentes de animais e grandes brincos de penas coloridas. Os Umutina eram tecelões e ceramistas e desenvolveram o trançado. A base alimentar era o milho com o qual faziam mingaus, e beiju etc. Cultivavam mandioca, feijão, fava e pimenta. O alimento mais importante depois da lavoura é a caça e o pescado. O tabaco e bebidas fermentadas não eram conhecidos.

Conforme Monzilar (2012), o processo do contato se deu em várias etapas, o início se deu quando Marechal Rondon instalou um posto de atração em 1911. Houve conflitos entre os indígenas e não indígenas, em seguida, as lastimáveis epidemias de sarampo, tuberculose e pneumonia, principalmente atingiu as crianças e os velhos, matando-os. A permanência do contato contribuiu para a perda da população e de traços culturais particulares.

A narrativa relatada pelo senhor Adão Táxi, chefe do posto do SPI que esteve à frente da expedição na época do contato do povo Umutina, conta que no primeiro encontro eles reuniram em Posto Velho, a primeira aldeia que eles estiveram com os Umutina. Para seduzir, ou seja, para aproximar deixavam

alimentos como arroz, sal, entre outros e os instrumentos como faca, facão, machado, deixavam no caminho. Ficavam de longe observando os indígenas se aproximando para pegar os objetos, foram várias vezes que ocorreu essa forma de aproximação.

Ao utilizar a técnica de colocar alimentos e instrumentos de ferramentas por várias vezes, conseguiram chegar aos indígenas, nesta primeira aldeia de Posto Velho que ficava próxima a margem do rio Bugres. Ficaram lá por dois a três anos e em seguida foram para outro lugar mais longe chamado Humaitá, pois, lá já era distante da cidade e ficava à margem do rio Paraguai, e era mais alto. Lá os Umutina foram viver juntos, aderiram à vida cotidiana, trabalharam na roça e aprenderam a serem bons trabalhadores, a viver como o não indígena.

Monzilar, Monzilar (2006) obtiveram relatos desse antigo chefe do posto, senhor Adão Táxi, nascido em 1933, pertencente à família do Sr. Epifânio, e o não indígena que fez o primeiro contato foi Severiano Godofredo de Albuquerque, que era o chefe da expedição do contato, mas quem passou a dar continuidade ao processo foi Epifânio Ribeiro Táxi, com seu irmão Benedito Ribeiro Táxi e outros, sendo doze homens no total. (Entrevista realizada em setembro de 2005).

Contam os mais velhos que vieram para o território indígena Umutina uma geração de jovens Paresi e Nambikwara, os primeiros grupos étnicos trazidos pelos não indígenas que estavam à frente da expedição do Marechal Cândido Rondon para morar no território.

Há duas versões sobre a vinda desses indígenas: segundo os mais velhos dizem, era uma forma de ajudar a assegurar o território dos Umutina, visto que na época os Umutina tinham poucas pessoas; outra versão, é que esses indígenas foram trazidos como forma de castigo, quando faziam algo errado, eram transferidos da sua respectiva aldeia para outra aldeia, para serem reeducados.

Foi um grande choque cultural que desestruturou a forma de vida desses indígenas, e deu origem a conflitos entre os indígenas e não indígenas. Os Paresi não se adaptaram a viver num lugar fora de sua origem e muitas vezes alguns fugiam para regressar a sua terra, sendo perseguidos pelos funcionários do SPI. Alguns Paresi e Nambkwara ficaram no território e tentaram viver e conviver juntos com os Umutina.

Houve um período muito tenso, confrontos, resistências, os indígenas que aqui vieram não queriam de forma alguma se misturarem. Essas gerações de jovens, que passaram a residir no território, se casaram entre eles e formaram famílias. Essas famílias Paresi e Nambikwara contribuíram muito neste processo histórico do povo Umutina. Posteriormente, vieram outros grupos étnicos para a atual região da aldeia. Ao longo do tempo aconteceram casamentos interétnicos e nos últimos anos tem tido uma elevação no número de casamentos entre indígena e não indígena.

### 1.1. O Território Indígena Umutina

O Território Indígena Umutina tem o formato de uma ilha fluvial, protegido à direita pelo Rio Xopô (Bugres) e à esquerda pelo Rio Laripô (Paraguai), sua extensão territorial é de 28.120 hectares. Ao entorno há propriedades particulares com plantação de cana e criação extensiva de pecuária. Essa atividade externa interfere nessa relação do entorno do território Umutina com destruições, impactos no ambiente, bem como das pessoas que interagem neste espaço, mostra como o não indígena e os indígenas se relacionam no território.

Essas atividades produtivas em larga escala têm implicado na degradação do meio ambiente. Sobretudo, as queimadas provenientes das plantações de cana de açúcar e as pastagens plantadas para o gado, trazendo grandes prejuízos, atingindo o território Umutina com a poluição dos rios e o intenso desmatamento na região (MONZILAR, 2012, p.14).

Há aproximadamente 80 km, próximo à aldeia, está a nascente do Rio Paraguai, há muito tempo existiu um garimpo, hoje desativado, em uma localidade chamada cidade de Alto Paraguai.

Convivem atualmente no referido território vários grupos étnicos: Paresi, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Manoke, Kayabi, Terena, Umutina e Chiquitano, e há um grande número de casamentos entre indígenas e não indígenas, todos se reconhecendo como Balatiponé-Umutina.

Apesar da destruição no entorno, o Território Indígena (TI) Umutina encontr-se bastante preservado<sup>3</sup>, o povo faz a roça de toco, planta e colhe, utilizando as técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas. Com base nesse sistema, são produzidos alimentos para a subsistência familiar. Além da agricultura, a pesca é importante na alimentação e a principal fonte de renda das famílias.

Com o convívio com o não indígena, segundo Monzilar (2012), os Umutina passaram a assimilar e socializar a cultura dos *wace* (branco), a viver em um regime bastante distinto do cotidiano da maloca e por imposição do chefe de posto Otaviano Calmon, sob ameaças e castigos, foram proibidos de falarem sua língua materna e de realizarem suas festas e rituais.

Em 1980, a população do Posto Indígena Umutina era de 77 pessoas, sendo 36 Umutina descendentes de órfãos recolhidos pela sede do posto e de alguns Umutina independentes. Os demais eram mestiços, entre Paresi, Kayabi e Nambikwara que foram trazidos pelo SPI<sup>4</sup>.

Nos últimos anos, conforme o censo realizado na aldeia, ocorreu um significativo aumento demográfico entre os Umutina. A população no ano de

---

<sup>3</sup> De acordo com dados do Instituto Socioambiental-ISA (2012), entre 2000 e 2009 a área desmatada na TI Umutina foi de apenas 2.217 há, da área total de 28.120 há dessa Terra Indígena. Em contraposição, o desmatamento no entorno dela é bastante intenso, de modo que a TI Umutina constui-se na maior área preservada no município de Barra do Bugres.

<sup>4</sup> Recenseamento realizado por A. J. Jesus (Relatório nº 09/Posto Indígena Umutina – FUNAI, 1980).



2012 estava em 480 pessoas<sup>5</sup>, sendo a maioria jovens e crianças. Esses dados têm uma relevância significativa, a população da aldeia Umutina está aumentando, devido aos casamentos entre as etnias de jovens que estão construindo famílias. Apesar da violência histórica da colonização que foram submetidos pela política do governo, esse dado mostra outro percurso que estão trilhando e reorganizando, a bravura e coragem dos Balatiponé-Umutina.

As famílias vêm aumentando e há uma grande preocupação para que as futuras gerações possam ter uma vida saudável. Para as famílias Umutina a terra é fundamental para manter viva a cultura do povo, e através dos recursos naturais existentes que é mantida a sobrevivência material e simbólica dos Umutina.

Conforme Monzilar (2012), ao analisar os fatos que ocorreram na história dos Umutina, da lastimável tragédia do contato com a sociedade não indígena, o povo Umutina conquistou grande avanço, teve sabedoria e estratégias para sobreviver. Hoje a população vem aumentando, totalizando cerca de 600 pessoas. Este aumento é significativo para um povo que no passado teve o registro de ter chegado apenas a 23 pessoas. É relevante enfatizar que essas pessoas tiveram papel imprescindível no processo histórico para a continuidade de novas gerações dos Umutina.

## **2. Escola de Educação Indígena Jula Pará**

A Escola de Educação Indígena Jula Pará está localizada no Território Indígena Umutina, próximo ao exuberante rio Xopo (Bugres) e Laripo (Paraguai), na aldeia Umutina, Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Brasil. A referida escola emerge a partir do novo ciclo de lutas, conquistas e desafios, principalmente no âmbito em que o contexto dos direitos humanos e sociais, é pautado pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural,

---

<sup>5</sup> De acordo com levantamento realizado pelo Prof. Jairton Kupudonepá, em conjunto com estudante do Ensino Médio da Escola Jula Pará, na aldeia Umutina, em 2012.

sociopolíticas e linguísticas para os povos indígenas, tendo como marco histórico a Constituição de 1988.

A princípio a escola da aldeia ofertava somente as séries iniciais da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, para continuar os estudos os estudantes tinham duas alternativas: paravam de estudar ou estudavam nas escolas públicas da cidade de Barra do Bugres, que fica aproximadamente a 15 km da aldeia. Os anos foram passando e aumentando o número de estudantes que se deslocavam para continuar o estudo na cidade.

Os estudantes enfrentavam várias dificuldades como a falta de transporte, ajuda financeira para comprar os materiais escolares que eram exigidos. No período de enchente corriam risco de emborcar com a canoa na travessia do rio, as más companhias, o preconceito, a discriminação, ausências das famílias e, principalmente, se distanciavam cada vez mais dos saberes e costumes tradicionais. Diante dessa problemática os pais e a comunidade, de modo geral, passaram a ter preocupações do que pudesse vir acontecer com essa juventude que estava estudando na cidade, perceberam que era boa a continuidade nos estudos, por outro lado, os jovens poderiam seguir outros caminhos desagradáveis. Começaram a realizar várias reuniões, encontros e a discutir junto com a comunidade, professores que atuavam na época, lideranças, cacique e com a participação da assessoria pedagógica do Estado e a secretaria do município de Barra do Bugres, abordando a importância da criação e implementação da escola e da escolarização que abrangesse da 5ª a 8ª série do ensino fundamental e, posteriormente, o ensino médio na aldeia.

Outra justificativa para a implantação é que o número de professores na aldeia também aumentou. Agora tinham os professores formados no nível de magistério pelo Projeto Tucum. Também, em 2001, teve início o curso do Projeto de Formação de Professores Indígenas em nível superior, ingressando os professores Filadelfo de Oliveira Neto, Luizinho Ariabo Quezo, Jovail Amajunepá Maria Alice Kupudunepá, Marcio Monzilar, Eneida Kupodonepá, Osvaldo

Corezomaé Monzilar, Clicia Tan Huare, Eliane Boroponepa Monzilar e Edna Monzilar. Os professores Jairton Kupodonepá, Ducineia Tan Huare e Silvinho Amajunepá tiveram formação na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em cursos regulares.

Foram várias reuniões e discussão sobre a escola, uns concordavam, outros discordavam, houve resistência de algumas pessoas, principalmente dos estudantes. Eles temiam a falta de assistência do Estado, havia certo receio pelo fato de que os professores estavam em processo de formação no curso superior, naquele momento não tinham tanto respaldo pelos professores locais.

Tan Huare (2010) afirma em sua pesquisa que no início houve resistência por parte de alguns discentes, pais e profissionais da educação, porque temiam a precariedade da assistência do Estado e pelo fato dos professores estarem em formação de nível superior e alguns lecionando na aldeia e outros nas fazendas.

Contudo, perante a demanda da comunidade e diante dos fatores expostos acima, a comunidade após várias reuniões entrou em consenso, e juntamente com o sistema municipal e a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso conseguiram consolidar a criação da escola almejada pelos Umutina, a partir desta começam os trâmites e processo da criação da escola no sistema educacional.

No PPP da Escola de Educação Indígena Jula Paré (2012) constata-se que a necessidade de implantar o ensino fundamental e médio fundamentou-se no fato de que dificilmente se encontram nas cidades profissionais conhecedores da cultura e da língua indígena, comprometidos com a causa indígena, que possa acompanhar e entender as crianças e jovens que estão entrando na escola. Outro motivo, foi acreditar que o processo educativo deve ser assumido por cada povo. Assim, a comunidade e os estudantes indígenas Umutina desta escola que terminaram a 8º série, nessa época, manifestaram o desejo de continuarem os estudos na aldeia, como forma de zelar pela preservação da

própria cultura e ampliar o seu conhecimento, permanecendo na comunidade. E ainda, devido as dificuldades no período das enchentes.

É importante ressaltar que paralelo a essa situação que estava acontecendo, já haviam pessoas da aldeia com formação para atuar como professores e por falta de vagas na escola, foram atuar como professores em distintos lugares, em fazendas e comunidades não indígenas. Eram os professores Jairton Kupodonepa, Osvaldo Corezomaé Monzilar, Edna Monzilar, Eliane Boroponepa Monzilar que fizeram a formação em magistério em escola pública da cidade. Jairton já tinha formação em Licenciatura em Matemática, pela UNEMAT e Dulcineia Tan Huare Licenciatura em Letras, pela mesma universidade.

Esses professores ficavam o mês inteiro trabalhando nas comunidades não indígenas, somente vinham para a cidade no dia do pagamento e aproveitavam para ir para a aldeia rever seus familiares e depois voltavam para a comunidade na qual cada um trabalhava. Foram os primeiros professores indígenas a trabalharem e terem experiência com os não indígenas das comunidades que ficavam em torno de 30 a 80 km da cidade de Barra do Bugres. Eles retornaram para a aldeia somente depois de alguns anos, assim que concretizou a escola para atuarem e contribuírem no processo de ensino e aprendizagem da sua própria comunidade indígena.

Aconteceu no município de Barra do Bugres, o primeiro vestibular indígena da UNEMAT, no ano 2001, o curso de Graduação Específico e Diferenciado, intitulado Projeto 3ª Grau Indígena - Formação de Professores Indígenas. Visava à formação específica para indígenas professores que tivessem terminado o ensino médio para atuarem em suas comunidades. A comunidade Umutina em reunião assinou a carta de permissão para os interessados participarem do vestibular indígena, na oportunidade conseguiram serem aprovados dez professores, entre os ingressos vale ressaltar a

participação das mulheres da aldeia Umutina que foram: Eneida Kupodonepá, Clicia Tan Huare, Eliane B. Monzilar, Edna Monzilar, Maria Alice Kupudunepá.

Conforme o PPP da EEIJP (2012), o prédio da escola da aldeia foi construído pelo Programa Fundescola do MEC, no ano de 2002. A condição física da escola comportava duas salas de aula, uma para secretaria, uma cozinha, um banheiro masculino e um feminino, uma sala de professores com banheiro. As paredes externas e internas são de alvenaria e a cobertura com telhas de barro. Posteriormente a escola foi ampliada com mais três salas de aula, uma sala para diretoria, um refeitório e um laboratório de informática.

No ano subsequente, em 2003, após o término da construção do prédio escolar, inicia-se o novo percurso educacional entre os Umutina na aldeia, as ofertas, a princípio, foram de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, sendo assistida pela secretaria de educação do município de Barra do Bugres. Com essa conquista já em curso os estudantes que estudavam na cidade retornam para a aldeia, tendo potencialidade de realizar um trabalho voltado à realidade do povo a partir do pensamento indígena Umutina. Os indígenas que trabalhavam fora, retornam para a aldeia para atuar como professores e darem aulas para esses estudantes, proporcionando um ensino que verse sobre a realidade indígena como as práticas culturais e o conhecimento da escola não indígena, contribuindo com o processo de ensino e aprendizagem em sua própria comunidade.

No entanto, é importante destacar que foi algo novo para os estudantes que estavam já acostumados com o ensino da cidade, para os professores que estavam em formação no curso superior, os pais e a comunidade. No início esses professores tiveram que enfrentar o dilema, havia muita resistência por parte de algumas pessoas, como os pais dos estudantes e até dos outros profissionais da educação, que já estavam muito tempo trabalhando na aldeia, e não acreditavam na competência desses professores, que eram novos e estava

em processo de formação no curso superior, havia receio, desconfiavam que o ensino fosse debilitado.

Alguns estudantes foram sensíveis e receberam de forma positiva, outros tiveram reação contrária e de não aceitação, isso era visível nos olhares e em certas atitudes. Os professores enfrentaram resistência dos estudantes, principalmente, aqueles que estudavam o ensino médio na cidade.

Foi um momento muito complexo e difícil, porém, esses professores souberam enfrentar de forma responsável e comprometida. Através de várias reuniões, tendo firmeza, mostrando o seu trabalho no cotidiano, nas aulas, com passos lentos, construindo laços e apoio juntamente com as lideranças e cacique que estavam à frente. As mudanças foram acontecendo ao perceberem as ações dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na escola e aos poucos começaram a compreender esse novo processo de ensino e acreditarem na atuação dos professores. Estes foram guerreiros ao enfrentar e se disporem a trabalhar árdua a missão que é a arte da educação escolar.

Neste decorrido ano de 2003 conseguimos mudar o nome Otaviano Calmon para a Escola Jula Paré, em homenagem ainda em vida a um ancião que contribuiu para a revitalização da cultura Umutina, o senhor Jula Paré (TAN HUARE, 2010, p. 29). Este fato foi um marco neste processo, pela primeira vez conseguiu-se homenagear uma pessoa em vida, geralmente as homenagens acontecem quando a pessoa morre, portanto, esse foi um diferencial nesta construção.

Em 2004, dando continuidade a implantação da educação escolar, iniciam-se as aulas do ensino médio na aldeia, sendo uma extensão da escola estadual de 1º e 2º grau Júlio Muller, do município de Barra do Bugres.

De acordo com o PPP (2012), a Escola Estadual de Educação Indígena Jula Paré, situada no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres-MT, foi criada no dia 24 de junho de 2005, pelo decreto nº 6.013, publicado no Diário Oficial do dia 24 de junho de 2005, página 21 a 22.

A referida Escola Jula Pará passa a funcionar no âmbito da esfera municipal da Secretaria Municipal de Educação de Barra do Bugres, dando assistência desde a educação infantil, do 1º ao 5º ano, e o Estado pela Secretaria de Educação do Mato Grosso, assumindo o ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, ensino médio e, posteriormente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), havendo também demanda dessa modalidade na comunidade indígena.

Os profissionais da educação que compõem e trabalham na escola são os professores, diretor, coordenação pedagógica, técnico administrativo, instrutor de informática, bibliotecário, merendeiras e auxiliares de limpeza. Conta-se ainda com o apoio administrativo do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), composto por indígenas pertencentes à aldeia do povo Balatiponé-Umutina.

A gestão da escola é conduzida pelos próprios indígenas, em coletivo organizam e elaboram o PPP (ou seja, atualizam de cinco em cinco anos) que é um instrumento com objetivo de nortear o ensino e a aprendizagem na educação escolar indígena em vários aspectos, conforme a realidade social, cultural, linguística, econômica e ambiental da comunidade.

A primeira versão preliminar do PPP teve início em 2000 e, conseqüentemente, foram aprimorando e consolidando a cada ano, tendo a participação efetiva dos pais, estudantes, professores e da comunidade, e por fim, a última versão foi aprovada por unanimidade no ano de 2012. Sendo que a cada cinco anos é reformulado e colocando em prática no espaço do ambiente escolar.

O ensino e a aprendizagem serão efetivados baseados nas diretrizes básicas da educação escolar indígena, de modo que os estudantes aprendem o conhecimento correspondente nos currículos que contemplam a língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências, química, física, biologia, sociologia, filosofia, ensino religioso, principalmente o que refere-se ao contexto da realidade indígena, a cultura na sua totalidade, as artes, a língua materna, as

narrativas tradicionais, história oral, calendário de festas, os alimentos tradicionais, canções, remédios, rezas, pinturas corporais, história do contato, a demarcação da terra, o patrimônio material e imaterial, o artesanato, as frutas do mato, a fauna e a flora, o manejo da roça, o uso e a conservação dos recursos naturais. O calendário escolar é feito dentro da nossa realidade e está formalizado no Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Indígena Jula Pará (2012).

A Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará atende os indígenas residentes na aldeia Umutina, na época descrita no PPP (2012), contava-se com 76 estudantes matriculados, sem contar com estudantes que haviam concluído a 5ª série, casaram e constituíram famílias deixando de concluir os estudos. O funcionamento da escola é sistematizado da seguinte maneira: as salas de aula são organizadas em turmas do 6º ao 9º ano, no período vespertino, o ensino médio no turno noturno, tendo a duração de quatro horas.

É importante destacar que com o passar dos anos as pessoas perceberam a importância de estudar, principalmente com a escola na aldeia, é uma oportunidade de continuar os estudos e uma necessidade de concluir o ensino médio e vislumbrar o ensino superior. Nesta expectativa muitas pessoas da comunidade retornaram a estudar, os estudantes que estudavam na cidade o ensino médio retornam para estudar na escola da aldeia. Foi um ponto positivo, o ensino voltado ao contexto dos saberes ancestrais e à realidade local, assim, como o ensino básico do conhecimento ocidental.

Essa perspectiva se assemelha ao que afirmam Ramos e Monzilar:

Fluentes em português, os Umutina tomaram gosto pela educação e estão hoje entre os povos indígenas mais escolarizados do país. A ênfase na educação não é fortuita: por meio dela, pretendem recuperar tudo o que perderam durante a imposição da (des)ordem nacional ao seu modo de vida (RAMOS, MONZILAR, 2016, p.8).

A partir de 24 de junho de 2008, começou a nova construção da ampliação do prédio da Escola de Educação Indígena Jula Pará, que passa a dar melhor



condição adequada para todos os estudantes e a equipe escolar. Conforme consta no PPP (2012), a Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará tem a filosofia de:

Atender as demandas e necessidades, criar condições para que o povo indígena Umutina continue lutando pela sobrevivência étnica, social e cultural proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida, através de ações na área de educação, buscando alternativas para a geração de renda familiar, com aproveitamento dos recursos existente na terra indígena (PPC EEIJP, 2012).

Durante essa trajetória escolar da aldeia Umutina os professores indígenas tiveram a formação em nível superior pela UNEMAT de Barra do Bugres, durante cinco anos de estudos que foram realizados em períodos de férias, entre os meses de janeiro e julho. Nos demais meses esses professores atuavam em suas comunidades e desenvolviam as atividades de pesquisas referentes aos estudos acadêmicos, que denominavam de etapa intermediária e visava um diálogo com os mais velhos, lideranças e estudantes, havendo o envolvimento de todos.

Daniel Munduruku (2009) explica a importância do aprender com os anciões da seguinte maneira:

A educação da mente para compreender esta concepção passa pela existência dos contadores de histórias. Quem são eles? São os que trazem para o presente o passado memorial. São aquelas pessoas, homens e mulheres, que assumiram o papel relevante de “manter o céu suspenso”, conforme compreensão Guarani. São os que leem e releem o tempo tornando-o circular. São os responsáveis pela educação da mente. Quase sempre são velhos que já sentiram a passagem do tempo pelos seus corpos. São os guardiões da memória. Para muitos dos povos originários, estes velhos são “as bibliotecas” onde está guardada a memória ancestral. Daí sua importância para a manutenção da vida e do Sentido (MUNDURUKU, 2009, p.21-29).

Em 2005 esses indígenas acadêmicos defendem seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), em várias áreas do conhecimento ofertadas pela UNEMAT, como: Línguas, Artes e Literatura, Ciências da Matemática e da Natureza e Ciências Sociais. Em julho do decorrente ano acontece a formatura do curso “3º Grau Indígena”. Os indígenas formandos se prepararam para o

grande cerimonia de entrega dos certificados em Licenciados de diversas áreas e aptos para atuarem como professores da educação. Foi um momento marcante e magnífico para todos nós professores indígenas representantes de várias etnias do Estado.

Em 2006 foi realizado em Mato Grosso o primeiro concurso específico para professores indígenas do estado, este fato foi algo importante e um marco no processo de luta da educação escolar dos povos indígenas. Com o concurso os professores da aldeia Umutina se candidataram para mais uma empreitada. Uma grande expectativa a espera do resultado, em algumas semanas foi publicado no Diário Oficial o resultado do concurso, e por fim, os nomes aprovados dos professores da Escola Estadual Jula Paré. Foi uma grande emoção e conquista para nós que fomos aprovados.

A escola é um espaço de referência política de toda a comunidade Umutina. Nela se discutem os problemas de políticas internas, de rituais culturais e também a importância do conhecimento escolar para o povo como uma arma de revitalização da cultura, de tradições que estão quase em desuso ou adormecidas.

A partir da escola os professores e a comunidade estão desenvolvendo um projeto de revitalização das práticas e costumes tradicionais praticadas por seus ancestrais e vêm ressignificando vários aspectos culturais, como as danças, os resguardos, os rituais e outros, incentivando e estimulando a falar e praticar os saberes tradicionais, um processo complexo em curso, já que na aldeia vivem famílias descendentes de outros grupos étnicos. A língua materna tornou-se matéria obrigatória na escola da aldeia e está sendo ensinada pelos anciões que ainda estão vivos.

A discussão sobre a revitalização da cultura é fundamental para todos os moradores, é produto da compreensão que o saber indígena está e estará sendo impregnado pelas novas gerações, que serão conhecedores e protagonistas da sua história e de seus valores. Conforme Monzilar (2012), a comunidade

considera que houve avanço, as juventudes já se pintam, fazendo a pintura corporal e crianças e jovens cantam na língua sem nenhum tipo de receio. Desde a escola se criam espaços de afirmação das mesmas tradições culturais e se idealiza uma identidade Balatiponé-Umutina.

Na perspectiva indígena, constata-se que

A escola indígena é um espaço de interlocução entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os conhecimentos científicos da sociedade envolvente. Portanto, investe-se em uma escola e uma educação multicultural, plurilíngue e multiétnica alicerçada na medicina, arte, história, geografia, economia, política, religião e maneiras de pensar dos próprios povos indígenas. Por isso, sendo específica, é conduzida e gerenciada pelos próprios índios, de acordo com os seus projetos de futuro (COREZOMAE, 2017, p. 25).

### **Considerações finais**

Na atualidade os Balatiponé-Umutina estão ressignificando as práticas dos saberes tradicionais, de modo a manter o sustento para viver e garantir a sustentabilidade, nas diversas dimensões social, territorial, ambiental e educacional. A comunidade e os professores estão buscando no espaço escolar, a revitalização dos saberes ancestrais, do que foi proibido no passado. Embora não sejam falantes da língua materna, a Escola de Educação Indígena Jula Paré descobre que ser indígena não se resume a uma língua e que, portanto, terem exterminado a língua Umutina não resultou no extermínio do povo Balatiponé-Umutina.

Sem falar fluentemente a língua, os Balatiponé-Umutina persistiram e continuam existindo como tal, por conta de outros elementos culturais, enfatizados nessa forma de educação e defendida atualmente na EEIJP, como a festa tradicional que é realizada no período do mês de abril. Nessa semana cultural, são feitos os preparativos da dança, a pintura corporal, os cantos, as comidas típicas: Jukuputu (beiju), Jolorukwá (xixa), Haré (peixe) assado e a caça, confecção de trançados de diferentes formas e, no final, a apresentação das danças: Mixinosê, Lorunó, Yuri, Katamã, Andorinha, Boiká, entre outros, há participação de todas as pessoas da comunidade.

Monzilar (2012) constata que a revitalização da cultura tem se mostrado fundamental para todos os moradores que entendem que se o saber tradicional estiver sendo repassado para as novas gerações, estes tornarão conhecedores e protagonistas da sua história e de seus valores.

É um magnífico trabalho, com significado riquíssimo, a comunidade tem participado e acreditado na eficiência da escola como um lugar para revitalização de suas práticas e saberes, que vem sendo moldados e dialogados num processo contínuo de luta e fortalecimento.

### Referências

COREZOMAE, Marcio Monzilar. **Matáre Pitukwá Makewá: Narrativa Mítica e (re) Significação Entre o Povo Indígena Balatiponé-Umutina**. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários - PPGEL. Tangará da Serra: Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, 2017.

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA JULA PARÉ (E.E.J.P.). **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2002. (Mimeo)

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA JULA PARÉ (E.E.J.P.). **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2012. (Mimeo)

ESCOLA MUNICIPAL OTAVIO CALMON (E.M.O.C.). **Projeto Político Pedagógico (PPP)**, 2000. (Mimeo)

ESCOLA MUNICIPAL OTAVIANO CALMON (E.M.O.C.). **Projeto Político Pedagógico**, (PPP), 2002. (Mimeo)

MONZILAR, Edna. **Alimentação do Povo Umutina Antes e Depois do Contato**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena), 2010.

MONZILAR, Edna; MONZILAR, Eliane Boroponepá. **A mudança do Povo Umutina da Aldeia Umaidá para a Aldeia Umutina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais) – Projeto de Formação de Professores Indígenas 3º Grau Indígena. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Barra do Bugres, 2006.

MONZILAR, Eliane B. **Educação Escolar Indígena e o Processo de Demarcação e Proteção Do Território Umutina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós- Graduação Educação Escolar Indígena), 2010.

MONZILAR, Eliane B. **Território Umutina: vivências e sustentabilidade**. Dissertação Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. Educação Indígena: Do Corpo, Da Mente e Do Espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 1, 2009, pp. 21-29.

RAMOS, Alcida Rita; MONZILAR, Eliane Boroponepá. Umutina: um exercício de humanismo interétnico. *In*: SOUZA, Hellen Cristina de; MONZILAR, Eliane Boroponepá; CARGIN-STIELER, Marinez (orgs). **Terra como princípio educativo**. Tangará da Serra/MT: Gráfica e Editora Sanches, 2016.

SCHULTZ, Harald. Informações etnográficas sobre os Umutina. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, n. 13, 1962, pp. 75-313.

TAN HUARE, Clícia. **História da Educação Escolar do Povo Umutina**. Trabalho de Conclusão do Curso Licenciatura em Ciências Sociais. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2006.

TAN HUARE, Clícia. **Escola Formal na Aldeia Umutina – Registro de um processo**. Trabalho de Especialização. Faculdade Intercultural Indígena. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2010.

## **SOBRE A AUTORA**

ELIANE BOROPONEPA MONZILAR é doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos de Terras Indígenas pela Universidade de Brasília (UnB) e professora da Escola de Educação Indígena Jula Paré (SEEDUC-MT).

*E-mail:* elibmonzilar@gmail.com

**Recebido em: 10.03.2020**  
**Aceito em: 21.05.2020**